

## Coluna do Castello

### <sup>(ANC)</sup> Orçamento reflete nova Federação

**C**om a proposta orçamentária que deverá enviar ao Congresso até dia 31, o presidente da República demonstrará sua intenção de ajustar-se aos termos da nova Constituição, dispondo-se desde já a cumpri-la — disse o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil. Se a proposta, a ser examinada e eventualmente modificada por deputados e senadores, que reconquistam o poder de emendá-la, não atentasse à realidade definida na Carta que em setembro possivelmente já estará em vigor, praticaria um ato de fantasia política.



O ministro admite que a Constituição em votação final recria em novas bases a Federação, que passa a se aproximar da experiência federativa dos Estados Unidos. Acredita que isso poderá dar certo, desde que com a perda pela União de 17,6 % da sua receita sejam transferidos encargos e atribuições aos estados e municípios, cujas receitas irão florescer. Devem ser reduzidos os instrumentos do governo federal e desenvolvidos os dos demais órgãos da Federação. Esse processo de descentralização inauguraria uma nova era nas relações internas e na correlação de atribuições e operações das diversas esferas de governo.

A filosofia da proposta orçamentária que será discutida amanhã na reunião do ministério é reduzir a máquina federal para adequá-la à medida dos seus recursos. Muitas das atribuições federais desempenhadas através dos ministérios serão descentralizadas de modo que o corte de verbas corresponde a uma supressão de obrigações federais que se transferem para outras esferas. O perfil do orçamento de 1989 deverá ser totalmente diferente do orçamento deste ano e a proposta elaborada pelo Ministério do Planejamento traduz a nova realidade constitucional. Deputados e senadores deverão igualmente ajustar seu comportamento a essa nova realidade que, como constituintes, estão criando.

*ANC X*

O Sr. Costa Couto não vê vinculação dos problemas financeiros atuais do governo federal e a nova proposta orçamentária. O governo estaria atendendo a todas as solicitações da emergência, como o congelamento da URP a ser paga ao funcionalismo civil e militar, e o congelamento dos créditos dos estados e municípios, enfim bancando as medidas amargas que foram sugeridas pelos ministros da área econômica. Os conflitos entre ministérios são moeda corrente da administração pública mas não afetam em substância a condução do processo na luta contra a inflação, o qual prossegue deterministicamente.

Como se sabe, o presidente não aceitou a idéia de suprimir ministérios e demitir servidores. Os ministérios que deveriam ser extintos, se aceita a proposta, têm reduzido custeio. O que neles importa financeiramente são os programas. E os programas continuarão, ou não, a ser executados com ou sem a pequena burocracia ministerial. As atenções devem se concentrar portanto nos possíveis cortes de programas, no todo ou em parte, e não no dos ministérios.